
REGULAMENTO ELEITORAL

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Âmbito e Competências)

1. O presente Regulamento rege e organiza o processo eleitoral de forma complementar ao previsto no Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, Instituição de ora em diante abreviadamente designada por *Misericórdia*.
2. O âmbito da sua aplicação circunscreve-se à eleição dos Órgãos Sociais da Misericórdia - Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal.
3. A organização de todo o processo eleitoral é da competência da Mesa da Assembleia, dispondo de todo o apoio da Mesa Administrativa e dos serviços da Misericórdia.

Artigo 2.º

(Duração do Mandato)

1. Os Órgãos previstos no número 2 do artigo anterior são eleitos em lista conjunta e para mandatos com a duração de 4 (quatro) anos, que coincidem, em princípio, com os anos civis.
2. O mandato dos titulares dos Órgãos Sociais inicia-se com a tomada de posse.
3. Os titulares dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

Artigo 3.º

(Capacidade Eleitoral)

1. Têm capacidade eleitoral ativa (votantes) todos os Irmãos com, pelo menos um ano de inscrição à data da eleição, e apresentem as quotizações regularizadas até à afixação do caderno eleitoral definitivo.
2. Têm capacidade eleitoral passiva (candidatos) todos os Irmãos com, pelo menos um ano de inscrição à data da eleição, e apresentem as quotizações regularizadas até à afixação do caderno eleitoral definitivo.
3. Não possuem capacidade eleitoral passiva os Irmãos que mantenham com a Misericórdia qualquer pleito judicial.
4. Cada Irmão eleitor tem direito a um voto.

Artigo 4.º

(Exclusividade, Impedimentos, Incompatibilidades e Não e Elegibilidade)

1. Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos Órgãos Sociais da *Misericórdia*, assim como não é permitido o desempenho em simultâneo de cargos nos Órgãos Sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e atividades sejam conflituantes com os da *Misericórdia*.
2. Entre os membros da Mesa Administrativa e/ou os membros do Conselho Fiscal não pode haver laços de parentesco ou afinidade no 1.º grau da linha reta (pais, filhos, padrastos, enteados, sogros, genros e noras) ou no 2.º grau da linha colateral (irmãos e cunhados), bem como matrimoniais ou uniões canonicamente irregulares.
3. A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da *Misericórdia*.
4. O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da *Misericórdia*.
5. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem ser eleitos, reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.
6. O mesmo candidato a Provedor, apenas pode ser eleito por três mandatos consecutivos.

CAPÍTULO II

CADERNO E CONVOCATÓRIA ELEITORAIS

Artigo 5.º

(Caderno Eleitoral)

1. Compete à Mesa Administrativa a elaboração do caderno eleitoral.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o caderno eleitoral deve conter o nome de todos os Irmãos com capacidade eleitoral ativa à data das eleições, nos termos do artigo 3.º.

Artigo 6.º

(Afixação e Reclamações do Caderno Eleitoral)

1. O caderno eleitoral provisório deve ser afixado na sede social na data da emissão da convocatória eleitoral e, salvo o disposto nos números seguintes, não pode ser alterado.
2. No prazo de 72 horas a contar da sua afixação, poderão os Irmãos reclamar fundamentadamente junto da Mesa da Assembleia Geral sobre os dados constantes do caderno eleitoral.
3. A Mesa da Assembleia Geral pronunciar-se-á acerca das reclamações no prazo de 72 horas a contar da respetiva apresentação, informando o reclamante da sua resolução e indicando à Mesa Administrativa as retificações que forem devidas.
4. Da resolução da Mesa da Assembleia Geral não cabe recurso.
5. Esgotados os prazos previstos nos números anteriores o caderno eleitoral definitivo será afixado na sede social, em substituição do provisório, e não pode ser alterado.

Artigo 7.º

(Publicidade, Direito de Informação e Comunicação)

1. Com o propósito de proceder à apresentação de uma lista, qualquer Irmão com capacidade eleitoral pode, a partir do momento da sua afixação, solicitar a consulta do caderno eleitoral nos Serviços Administrativos/Secretaria da Misericórdia.
2. Os cadernos eleitorais serão ainda divulgados no sítio oficial da Misericórdia na internet.
3. As listas eleitorais, depois de aceites, serão afixadas nas instalações e divulgadas e publicadas no sítio oficial da Misericórdia na internet.
4. O programa base de cada candidatura será publicado no sítio oficial da Misericórdia na internet.
5. Toda a comunicação sobre o processo eleitoral dirigida ao Presidente da Assembleia Geral ou outra, deve ter lugar diretamente nos serviços administrativos da sede da Misericórdia, durante as horas de expediente, ou por correio eletrónico para geral@misericordiamontalegre.pt.

Artigo 8.º

(Convocatória Eleitoral)

1. Os Órgãos Sociais são eleitos em Assembleia Geral, em sessão ordinária, a ocorrer quadrienalmente, convocada exclusivamente para o efeito, designada por *Assembleia Eleitoral*, que deve funcionar pelo menos durante 2 horas e 30 minutos.

2. A Assembleia Eleitoral tem lugar no mês de dezembro do último ano de cada quadriénio.
3. Nas convocatórias das reuniões da Assembleia Geral serão sempre indicados o local, o dia, a hora de abertura e encerramento das urnas de voto e a ordem de trabalhos.
4. A Assembleia Eleitoral é convocada com pelo menos 21 (vinte e um) dias de antecedência em relação ao ato eleitoral.
5. A convocatória é afixada na sede da Misericórdia, publicada em dois jornais e remetida, pessoalmente, a cada Irmão por meio de aviso postal.
6. Independentemente da convocatória, é ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais nas edições da Misericórdia, no sítio oficial da Misericórdia na internet e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da Misericórdia.

CAPÍTULO III

LISTAS

Artigo 9.º

(Apresentação)

1. As listas candidatas à eleição dos Órgãos Sociais deverão dar entrada nos serviços administrativos da Misericórdia, durante o período de expediente, até ao 12.º (décimo segundo) dia anterior ao da data designada para a eleição, contra comprovativo.
2. Cada lista candidata deve ser proposta por um número mínimo de 10 (dez) Irmãos no pleno gozo dos seus direitos e que não integrem qualquer lista candidata.
3. Só podem ser submetidas a sufrágio as listas candidatas que sejam acompanhadas de declaração confirmativa da sua aceitação expressa, assinada por cada Irmão que a integre.

Artigo 10.º

(Composição)

1. Cada Órgão Social é composto pelo número de Irmãos indicado no Compromisso.
2. As listas são organizadas separadamente por Órgãos:
 - a. Mesa da Assembleia Geral
 - Presidente
 - Vice-presidente
 - Secretário
 - b. Mesa Administrativa

- Provedor
- Membro efetivo
- Membro efetivo
- Membro efetivo
- Membro efetivo
- Membro suplente
- Membro suplente
- Membro suplente

Sendo que, nos termos do n.º 2 do Art. 26º do Compromisso, logo que investidos no exercício das suas funções, os membros efetivos escolherão entre si o vice-provedor, o secretário, o tesoureiro e o vogal, sob proposta do Provedor.

c. Conselho Fiscal

- Presidente
- Vice-presidente
- Secretário
- Membro suplente
- Membro suplente
- Membro suplente

3. Se forem indicados nomes que ultrapassem os necessários para preenchimento dos cargos previstos no Compromisso da Misericórdia, os mesmos serão dados como não escritos.

Artigo 11.º

(Entrega e Verificação)

1. Aquando da entrega da candidatura nos serviços administrativos, no horário de funcionamento, ou enviado por correio eletrónico dentro do mesmo prazo e no mesmo horário limite, é atribuída, por ordem de entrada, uma letra do alfabeto a cada lista, com início na letra “A” e que a identificará até ao final do ato eleitoral.
2. No ato de receção de cada candidatura, o primeiro signatário ou mandatário tem de indicar, por escrito, o contacto telefónico, endereço eletrónico e morada onde pode ser notificado para todos os efeitos do processo eleitoral.
3. Terminado o prazo de entrega de candidaturas, se o Presidente da Mesa da Assembleia Geral detetar alguma irregularidade na organização do respetivo processo, notificará, no prazo de 48 horas, o primeiro signatário ou mandatário da lista para que diligencie no

sentido do seu suprimento, em igual prazo, devendo as alterações a que haja lugar ser formalizadas nos serviços administrativos da Misericórdia.

4. No prazo de 24 horas, o Presidente a Assembleia Geral, verifica a elegibilidade de todos os elementos de cada lista, lavra despacho de aceitação e manda afixar as listas em local bem visível na sede da Misericórdia.

5. Caso as irregularidades não sejam tempestivamente supridas por motivo imputável ao representante da candidatura, a lista não será elegível, lavrando-se despacho de rejeição.

Artigo 12.º

(Dúvidas, Reclamações, Protestos)

1. No prazo de 48 horas após a afixação das listas candidatas, qualquer Irmão pode levar ao conhecimento do Presidente da Mesa da Assembleia as reclamações, protestos ou dúvidas que considerar pertinentes no que respeita à composição e legitimidade das listas, através de requerimento devida e sucintamente fundamentado.

2. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pronunciar-se-á, no prazo de 48 horas, acerca das reclamações ou protestos previstos no número anterior, comunicando a respetiva decisão ao primeiro signatário ou ao mandatário da lista sobre a qual recaia a reclamação e ao reclamante, cabendo aos serviços administrativos afixar de imediato as listas corrigidas em substituição das anteriores

3. Além da faculdade prevista nos números anteriores, todo o Irmão eleitor pode, durante o ato eleitoral, dirigir à Mesa da Assembleia Geral dúvidas ou reclamações, assim como apresentar protestos por forma escrita e sucinta.

4. Os documentos onde se formulem dúvidas, reclamações, protestos e contraprotostos são apensos à ata da sessão eleitoral e é neles que é lançada, por escrito, a resolução da Mesa, a qual é anunciada à Assembleia Geral pelo seu Presidente.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 13.º

(Funcionamento da Assembleia Eleitoral)

1. Declarada e constituída a Assembleia Geral em *corpo eleitoral*, a mesma funcionará em *sistema de urna de voto aberta*, dispondo cada Irmão de um voto.

2. As votações respeitantes a eleições dos Órgãos Sociais serão feitas por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos Irmãos presentes.

3. Compete à Mesa da Assembleia Geral desempenhar as funções de comissão eleitoral, dirigindo e fiscalizando o ato eleitoral.
4. Para o efeito, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral fará participar em todas as fases do ato eleitoral um representante de cada uma das listas concorrentes, estando estes presentes nomeadamente durante o período de tempo que as urnas de voto se encontrem abertas, bem como na contagem dos votos.
5. Servirão de escrutinadores os Irmãos nomeados pela Mesa da Assembleia Geral para o efeito, que farão a descarga nos cadernos eleitorais dos nomes dos Irmãos eleitores.

Artigo 14.º

(Boletins de voto)

1. Os boletins de voto devem incluir em estilo uniforme a indicação de cada uma das listas concorrentes através da letra correspondente, iniciando-se na letra “A”, contendo após cada letra uma quadrícula que permita ao Irmão votante efetuar a sua escolha.
2. Todos os boletins de voto são impressos em papel de igual cor, dimensão e gramagem.

Artigo 15.º

(Modo de votar)

1. Dentro da sala de votação só é permitida a presença em permanência, para além dos membros da comissão eleitoral e de trabalhadores da Misericórdia credenciados para o efeito, de um representante de cada uma das listas candidatas, entrando sucessivamente para votar tantos Irmãos quantos o número de cabines de voto existentes.
2. A cada Irmão eleitor será entregue um boletim de voto, onde este assinalará a lista em que pretende votar, marcando com uma cruz a quadrícula correspondente à sua escolha.
3. Após identificar-se, o Irmão votante dobra o boletim em quatro e introduz o mesmo na urna de voto, na presença do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou de quem esteja naquele momento a presidir à Mesa de voto, que descarregará o nome do votante no caderno eleitoral.
4. O Irmão eleitor que não tenha condições de autonomia física para exercer o voto pessoalmente, pode fazer-se acompanhar por outro Irmão da sua confiança para o auxiliar no ato de votar.
5. Cada Irmão só pode acompanhar um eleitor.

Artigo 16.º

(Voto em Representação)

1. O voto em representação apenas é admitido nos atos eleitorais, nos seguintes termos:
 - a. Tanto o representante como o representado têm de ser Irmãos no pleno uso dos seus direitos.
 - b. Cada Irmão só pode assumir uma representação.
 - c. Sem prejuízo da identificação e verificação da capacidade individual do representante, este deve ainda demonstrar perante a Mesa da Assembleia Geral que tem os poderes necessários para a representação e votação, exibindo e entregando procuração assinada pelo representado, devidamente autenticada ou, se assim não for, devendo a Mesa certificar-se, ainda que por comparação, da conformidade da assinatura.

Artigo 17.º

(Voto Antecipado por Correspondência)

1. É admitido o voto antecipado por correspondência, devendo proceder-se da seguinte forma:
 - a. O boletim de voto deve ser pedido antecipadamente e enviado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, isolado dentro de um envelope, em carta registada, com aviso de receção, devendo dar entrada até ao início da respetiva Assembleia.
 - b. Os boletins de voto recebidos e verificados quanto à sua autenticidade e elegibilidade, são incluídos na mesma urna dos restantes pela Mesa da Assembleia.

Artigo 18.º

(Contagem e Apuramento de votos)

1. Após o encerramento da urna de voto, são contadas as descargas do caderno eleitoral e confrontadas com o número de votos entrados na urna, na presença de um representante de cada lista concorrente.
2. Consideram-se votos válidos aqueles cujo boletim de voto contenha uma cruz num único quadrado destinado a identificar a lista.
3. Consideram-se votos nulos os boletins de voto que se apresentem rasurados, emendados, rasgados ou por qualquer outro modo deteriorados são julgados nulos.
4. Se constarem no boletim de voto listas que entretanto desistiram ou que foram excluídas, o eventual voto nessas candidaturas também é considerado nulo.

5. Consideram-se votos em branco aqueles cujo boletim não contenha qualquer tipo de escrita ou cruz.
6. Apurados os votos que cada lista obteve, os escrutinadores elaboram e entregam ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma nota com o resultado, a qual será arquivada depois de rubricada por este.
7. Considera-se eleita a lista candidata que tenha obtido o maior número de votos.
8. Verificado empate entre duas listas mais votadas, haverá lugar a novo ato eleitoral.

Artigo 19.º

(Proclamação e Comunicação de resultados)

1. Findo o ato eleitoral e antes de encerrar a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamará eleita a lista vencedora, mandando afixar por edital, no local onde tenha decorrido a votação e na sede social, o resultado das eleições.
2. Da Assembleia Eleitoral será exarada e assinada a respetiva ata.
3. No caso de não estar presente algum ou alguns dos Irmãos que integre a lista vencedora, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral oficiará o(s) mesmo(s), no prazo de 5 (cinco) dias a contar da eleição.
4. O resultado da eleição é ainda comunicado ao Ordinário Diocesano e à União das Misericórdias Portuguesas, antes da tomada de posse dos membros eleitos, onde constará:
 - a. Nome dos membros da mesa e representantes da candidatura;
 - b. Hora de abertura e de encerramento da votação;
 - c. Deliberações tomadas;
 - d. O número de Irmãos eleitores e aqueles que exerceram direito de voto;
 - e. O número de votos obtido por cada lista.
 - f. O número de votos brancos e nulos;
 - g. Eventuais reclamações e protestos.

Artigo 20.º

(Eleição intermédia e Reconstituição dos Órgãos Sociais)

1. Em caso de vacatura da maioria dos cargos de um dos Órgãos Sociais, incluindo os respetivos suplentes, deverá o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar eleições intermédias com vista ao preenchimento das vagas verificadas.
2. A convocatória para a eleição referida no número anterior ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que ocorreu a vacatura da maioria dos lugares do Órgão Social.

3. Os Irmãos eleitos para preencherem as vagas verificadas apenas completarão o mandato.

Artigo 21.º

(Inexistência de listas)

Caso não seja apresentada tempestivamente qualquer lista candidata às eleições, ficando a Assembleia Eleitoral *deserta*, devem os Órgãos Sociais em funções diligenciar no sentido de incentivar os Irmãos da Misericórdia à constituição de uma lista, a fim de reiniciar o processo eleitoral nos termos do presente Regulamento.

CAPÍTULO V

DA IMPUGNAÇÃO DO ACTO ELEITORAL

Artigo 22.º

(Reclamações)

1. Pode ser interposto recurso com fundamento em irregularidades verificadas no decorrer do ato eleitoral, o qual deve ser dirigido ao presidente da Mesa da Assembleia nas 24 horas seguintes ao encerramento da Assembleia.
2. A Mesa da Assembleia decidirá sobre os eventuais recursos interpostos no prazo de 24 horas e desta decisão cabe recurso canónico para o Bispo diocesano.

CAPÍTULO VI

TOMADA DE POSSE

Artigo 23.º

(Posse)

1. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou em substituição, cumprindo o disposto no n.º 4 do Art.º 19.º, marcar local, data e hora para a tomada de posse dos membros dos Órgãos Sociais, que terá lugar em cerimónia pública a realizar até ao 30.º dia posterior ao da eleição.
2. Quando algum dos Irmãos eleitos não aceitar o respetivo cargo, será logo proclamado o Irmão que ocupar o primeiro lugar na lista dos suplentes.
3. Antes de assinar a posse, os novos eleitos prestarão o juramento compromissório.
4. A posse ficará exarada em livro próprio, assinada pelos empossados.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 24.º

(Comunicações e Registo)

1. O Presidente da Assembleia Geral comunicará ao Bispo diocesano para homologação da ata do processo eleitoral.
2. Mesa Administrativa procede aos registos e comunicações obrigatórios a que legalmente houver lugar relativamente ao ato eleitoral, nomeadamente junto dos competentes serviços da Segurança Social.

Artigo 25.º

(Casos omissos)

As dúvidas que a aplicação do presente Regulamento suscite, bem como o preenchimento de lacunas que no mesmo possam existir, serão resolvidas pela Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa própria ou sob proposta da Mesa Administrativa, tendo sempre em conta o disposto no respetivo Compromisso e na legislação aplicável.

Artigo 26.º

(Aprovação e alteração)

1. As alterações do presente Regulamento exigem maioria qualificada de dois terços dos votos dos membros presentes na Assembleia Geral da Misericórdia.
2. O Regulamento só pode ser alterado por iniciativa processual de qualquer um dos Órgãos Sociais da Misericórdia ou de, pelo menos, 20 (vinte) Irmãos no pleno gozo dos seus direitos, em termos de proposta fundamentada dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 27.º

(Prazos)

Os prazos a que se refere o presente Regulamento são contados em dias consecutivos. O funcionamento dos serviços é das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 16h30, de segunda a sexta.

Artigo 28.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento revoga o anterior e entra em vigor na data da sua aprovação.

APROVADO

Mesa Administrativa em 22 de julho de 2019

Assembleia Geral da Misericórdia de Montalegre em 16 de outubro de 2019

A Mesa da Assembleia Geral

(José Gonçalves Justo)

(Paulo Jorge Baía de Barros)

(Maria Leonor Rua Rodrigues Nunes)